

# ***DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA***

***(Plano de Amortização  
Déficit Atuarial/2020)***

AMAMBAÍ - MS

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2020.....</b>	<b>3</b>
<b>2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2020.....</b>	<b>4</b>
<b>3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE</b>	<b>5</b>
3.1 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo</i> .....	6
3.2 - <i>Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo</i> .....	9
<b>4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS .....</b>	<b>12</b>
4.1 - <i>Receita Corrente Líquida - RCL</i> .....	12
4.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Executivo</i> .....	13
4.3 - <i>Despesa Total com Pessoal - DTP - Poder Legislativo</i> .....	13
<b>5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS .....</b>	<b>14</b>
5.1 <i>Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas</i> .....	14
<b>6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE - PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS .....</b>	<b>17</b>
6.1 - <i>Projeção das Receita e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos</i> .....	19
<b>7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF .....</b>	<b>22</b>
7.1 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo</i> .....	22
7.2 - <i>Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo</i> .....	23
7.3 - <i>Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 anos</i> .....	23

---

## **1. INTRODUÇÃO: DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2020.**

A Reavaliação Atuarial de 2020 do PREVIBAI, demonstrou um Déficit Atuarial de -R\$ 195.828.441,96, considerando a compensação Previdenciária.

O artigo 18 da Portaria, estabelece que a Reavaliação Atuarial deverá apresentar plano de amortização para o equacionamento do Déficit Atuarial. Conforme o artigo 19, o plano de amortização somente será **considerado implementado, a partir do seu estabelecimento em lei.**

O artigo 19, § 2º, estabelece que o Plano de Amortização deverá ser acompanhada de **demonstração da viabilidade orçamentária e financeira**, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.

*§ 2º. A definição do plano de amortização deverá ser acompanhada de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.*

No intuito de atender a legislação, realizamos um Estudo de Viabilidade orçamentária do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2020.

## 2. PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL/2020

Para financiamento do Déficit, a página 76 da Reavaliação Atuarial/2020, propôs o seguinte plano de amortização.

**Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial**

PERIOD	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		(195.828.441,96)					
1	2020	(204.604.802,78)	(8.776.360,82)	11.495.129,54	2.718.768,72	8,50%	31.985.514,34
2	2021	(212.896.308,88)	(8.291.506,10)	12.010.301,92	3.718.795,82	11,50%	32.337.355,00
3	2022	(220.652.827,66)	(7.756.518,78)	12.497.013,33	4.740.494,56	14,50%	32.693.065,90
4	2023	(224.797.570,37)	(4.144.742,71)	12.952.320,98	8.807.578,27	26,65%	33.052.689,63
5	2024	(224.665.614,20)	131.956,17	13.195.617,38	13.327.573,55	39,88%	33.416.269,21
6	2025	(224.313.761,33)	351.852,87	13.187.871,55	13.539.724,42	40,08%	33.783.848,17
7	2026	(223.725.726,77)	588.034,56	13.167.217,79	13.755.252,35	40,27%	34.155.470,50
8	2027	(222.884.215,84)	841.510,93	13.132.700,16	13.974.211,09	40,47%	34.531.180,68
9	2028	(221.770.864,06)	1.113.351,79	13.083.303,47	14.196.655,26	40,67%	34.911.023,67
10	2029	(220.366.173,44)	1.404.690,61	13.017.949,72	14.422.640,33	40,86%	35.295.044,93
11	2030	(218.649.445,14)	1.716.728,30	12.935.494,38	14.652.222,68	41,06%	35.683.290,42
12	2031	(216.598.708,00)	2.050.737,14	12.834.722,43	14.885.459,57	41,26%	36.075.806,62
13	2032	(214.190.642,99)	2.408.065,01	12.714.344,16	15.122.409,17	41,46%	36.472.640,49
14	2033	(211.400.503,17)	2.790.139,83	12.572.990,74	15.363.130,57	41,66%	36.873.839,54
15	2034	(208.202.028,88)	3.198.474,29	12.409.209,54	15.607.683,83	41,87%	37.279.451,77
16	2035	(204.567.358,05)	3.634.670,83	12.221.459,10	15.856.129,92	42,07%	37.689.525,74
17	2036	(200.466.931,13)	4.100.426,92	12.008.103,92	16.108.530,84	42,28%	38.104.110,52
18	2037	(195.869.390,47)	4.597.540,66	11.767.408,86	16.364.949,52	42,48%	38.523.255,74
19	2038	(190.741.473,77)	5.127.916,70	11.497.533,22	16.625.449,92	42,69%	38.947.011,55
20	2039	(185.047.901,27)	5.693.572,50	11.196.524,51	16.890.097,01	42,90%	39.375.428,68
21	2040	(178.751.256,27)	6.296.645,00	10.862.311,80	17.158.956,81	43,10%	39.808.558,39
22	2041	(171.811.858,64)	6.939.397,63	10.492.698,74	17.432.096,37	43,31%	40.246.452,54
23	2042	(164.187.630,93)	7.624.227,71	10.085.356,10	17.709.583,82	43,52%	40.689.163,51
24	2043	(155.833.956,50)	8.353.674,43	9.637.813,94	17.991.488,36	43,74%	41.136.744,31
25	2044	(146.703.529,43)	9.130.427,07	9.147.453,25	18.277.880,32	43,95%	41.589.248,50
26	2045	(136.746.195,48)	9.957.333,94	8.611.497,18	18.568.831,12	44,16%	42.046.730,23
27	2046	(125.908.783,83)	10.837.411,65	8.027.001,67	18.864.413,33	44,38%	42.509.244,27
28	2047	(114.134.928,77)	11.773.855,06	7.390.845,61	19.164.700,67	44,59%	42.976.845,95
29	2048	(101.364.881,04)	12.770.047,73	6.699.720,32	19.469.768,05	44,81%	43.449.591,26
30	2049	(87.535.308,02)	13.829.573,03	5.950.118,52	19.779.691,54	45,03%	43.927.536,76
31	2050	(72.579.082,14)	14.956.225,88	5.138.322,58	20.094.548,46	45,25%	44.410.739,67
32	2051	(56.425.056,93)	16.154.025,21	4.260.392,12	20.414.417,33	45,47%	44.899.257,80
33	2052	(38.997.829,84)	17.427.227,09	3.312.150,84	20.739.377,93	45,69%	45.393.149,64
34	2053	(20.217.491,13)	18.780.338,71	2.289.172,61	21.069.511,32	45,91%	45.892.474,29
35	2054	641,98	20.218.133,11	1.186.766,73	21.404.899,84	46,13%	46.397.291,50

\* Custo Suplementar

FONTE: Reavaliação Atuarial/2020 – PREVIBAI

### **3. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - ÚLTIMOS 3 ANOS E O ANO CORRENTE**

Para averiguação do impacto do Plano de Amortização sobre as contas públicas do Ente Municipal foi solicitado junto ao setor contábil do município, os três últimos Relatórios de Gestão Fiscal – Demonstrativo da Despesa com Pessoal dos Poderes e Órgãos vinculados ao RPPS, mais o relatório do exercício atual.

Com um histórico dos últimos três anos, será possível projetarmos as Receitas Correntes Líquidas e as Despesas de Pessoal e constatar se o Ente Público, discriminado entre seus Poderes e Órgãos serão capazes de suportar o plano de amortização, respeitando os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 3.1 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Executivo

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2017**

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>61.052.199,55</b>	<b>2.188,03</b>
Pessoal Ativo	53.616.970,73	2.188,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.435.228,82	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>6.799.826,66</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.799.826,66	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>54.252.372,89</b>	<b>2.188,03</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>100.499.515,07</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>100.499.515,07</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>54.254.560,92</b>	<b>53,98%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>54.269.738,14</b>	<b>54%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>51.556.251,23</b>	<b>51,30%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>48.842.764,32</b>	<b>48,60%</b>

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2018**

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>69.439.247,26</b>	<b>130.116,13</b>
Pessoal Ativo	60.890.628,12	130.116,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.548.619,14	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>7.894.815,63</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	7.894.815,63	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>61.544.431,63</b>	<b>130.116,13</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>119.046.668,00</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>119.046.668,00</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>61.674.547,76</b>	<b>51,81%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>64.285.200,72</b>	<b>54%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>61.070.940,68</b>	<b>51,30%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>57.856.680,65</b>	<b>48,60%</b>

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2019**

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>LIQUIDADAS (a)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)</b>
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>78.810.014,35</b>	<b>-131.011,73</b>
Pessoal Ativo	69.142.864,58	-131.011,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.667.149,77	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>9.538.124,29</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	569.138,68	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.968.985,61	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>69.271.890,06</b>	<b>-131.011,73</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>137.647.302,40</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>137.647.302,40</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>69.140.878,33</b>	<b>50,23%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>74.329.543,30</b>	<b>54%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>70.613.066,13</b>	<b>51,30%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>66.896.588,97</b>	<b>48,60%</b>



### 3.2 - Relatório da Gestão Fiscal - Últimos 3 anos e o Ano Corrente - Poder Legislativo

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2017**

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>2.195.418,08</b>	<b>2.188,03</b>
Pessoal Ativo	2.195.418,08	2.188,03
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>2.195.418,08</b>	<b>2.188,03</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>100.499.515,07</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>100.499.515,07</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>2.195.418,08</b>	<b>2,18%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>6.029.970,90</b>	<b>6%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>5.728.472,36</b>	<b>5,70%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>5.426.973,81</b>	<b>5,40%</b>

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2018**

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>1</sup> (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>2.510.658,55</b>	<b>130.116,13</b>
Pessoal Ativo	2.510.658,55	130.116,13
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>2.510.658,55</b>	<b>130.116,13</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>119.046.668,00</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>119.046.668,00</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>2.510.658,55</b>	<b>2,11%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>7.142.800,08</b>	<b>6%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>6.785.660,08</b>	<b>5,70%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>6.428.520,07</b>	<b>5,40%</b>

**MUNICÍPIO DE AMAMBÁ - MS**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2019**

DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS1 (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>2.526.199,93</b>	<b>-131.011,73</b>
Pessoal Ativo	2.526.199,93	-131.011,73
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Despesas IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>2.526.199,93</b>	<b>-131.011,73</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>137.647.302,40</b>	<b>0</b>
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§13, art.166da CF)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
(-) IRRF (Resolução de Consulta 29/2016 - TCE MT)	<b>0,00</b>	<b>0</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>137.647.302,40</b>	<b>0</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>2.526.199,93</b>	<b>1,84%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>8.258.838,14</b>	<b>6%</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>7.845.896,24</b>	<b>5,70%</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>7.432.954,33</b>	<b>5,40%</b>

#### 4. IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL SOBRE AS RECEITAS DO ENTE (LRF) - HISTÓRICO DOS ÚLTIMOS 3 ANOS

PODER EXECUTIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2017	54.254.560,92	100.499.515,07	53,98%
2018	61.674.547,76	119.046.668,00	51,81%
2019	69.140.878,33	137.647.302,40	50,23%

PODER LEGISLATIVO			
Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF (Poder Legislativo)			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2017	2.195.418,08	100.499.515,07	2,18%
2018	2.510.658,55	119.046.668,00	2,11%
2019	2.526.199,93	137.647.302,40	1,84%

#### 4.1 – Receita Corrente Líquida – RCL

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal, nos últimos 3 anos, considerando 2019 a 2017, a RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente cresceu R\$ 37.147.787,33, equivalente a 36,96%.

De um ano para o outro, entre 2019 a 2018, essa mesma receita cresceu R\$ 18.600.634,40, equivalente a 15,62%.

#### ***4.2 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Executivo***

Conforme a tabela acima, elaborada com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, nos últimos 3 anos, considerando 2019 a 2017, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 14.886.317,41, equivalente a 27,44%.

De um ano para o outro, entre 2019 a 2018, essa mesma despesa cresceu R\$ 7.466.330,57, equivalente a 12,11%.

#### ***4.3 - Despesa Total com Pessoal – DTP - Poder Legislativo***

De acordo com as informações dos Demonstrativos da Despesa com Pessoal do Poder Legislativo, nos últimos 3 anos, considerando 2019 a 2017, a DESPESA TOTAL COM PESSOAL cresceu R\$ 330.781,85, equivalente a 15,07%.

De um ano para o outro, entre 2018 a 2017, essa mesma despesa cresceu R\$ 15.541,38, equivalente a 0,62%.

---

## **5. METODOLOGIA DE CÁLCULO, PREMISSAS UTILIZADAS E IMPACTO DAS DESPESAS COM PESSOAL NAS RECEITAS DO ENTE (LRF) – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS 2 ANOS**

Para verificarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2020, apresentaremos uma estimativa do impacto orçamentário e financeiro, no exercício atual e nos dois anos subsequentes, conforme exige o inciso I, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

*Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

*I - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;*

### ***5.1 – Metodologia de Cálculo e Premissas Utilizadas***

O artigo 12 da Lei Complementar 101/2000, também menciona a necessidade de demonstrar a metodologia de cálculo e as premissas utilizadas para a projeção.

O artigo 12 da LRF, menciona que as previsões de receita, deverão observar normas técnicas e legais, considerando as alterações na legislação, variação do índice de preços (nesse caso INPC, IPCA, IGP - M ou qualquer outro índice inflacionário), o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante.

**Art. 12.** *As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.*

Para projetarmos o crescimento da Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 utilizaremos o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, por ser o índice oficial do Governo Federal, para mensurar o crescimento da Inflação e por ser utilizado pelo Regime Próprio de Previdência Social de AMAMBÁ - MS, para compor a Meta Atuarial. Além do mais, o artigo 12 da LRF menciona apenas índice inflacionário, não mencionando qual deverá ser utilizado.

Conforme o Boletim Focus, elaborado e emitido pelo Banco Central, com data de 26/06/2020, a projeção para o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo é de:

Projeção do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo	
ANO	IPCA (%)
2020	1,63%
2021	3,00%
2022	3,50%
2023	3,50%

Assim, para a Projeção das RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS e DESPESAS TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo e Legislativo, em 2020, 2021, 2022 e 2023, consideraremos a média de crescimento da Despesa e Receita dos últimos três anos, anteriores ao ano projetado, somado ao desvio padrão do mesmo período. O valor encontrado da DTP e RCL para 2020, 2021, 2022 e 2023, será acrescido do índice inflacionário projetado pelo Banco Central.

Dessa forma, a projeção das Receitas e despesas serão:

### 1 - PODER EXECUTIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2017	54.254.560,92	100.499.515,07	53,98%
2018	61.674.547,76	119.046.668,00	51,81%
2019	69.140.878,33	137.647.302,40	50,23%
2020	70.260.037,01	139.881.901,08	50,23%
2021	73.843.358,54	147.939.733,12	49,91%
2022	76.111.740,61	152.390.079,45	49,95%
2023	79.027.857,45	158.435.147,52	49,88%

### 2 - PODER LEGISLATIVO

Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação á Receita Corrente Líquida - LRF			
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)
2017	2.195.418,08	100.499.515,07	2,18%
2018	2.510.658,55	119.046.668,00	2,11%
2019	2.526.199,93	137.647.302,40	1,84%
2020	2.639.749,06	139.881.901,08	1,89%
2021	2.708.223,22	147.939.733,12	1,83%
2022	2.811.744,32	152.390.079,45	1,85%
2023	2.904.723,61	158.435.147,52	1,83%



## 6. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL, AGREGADO AS DESPESAS COM PESSOAL E COMPARADO AS RECEITAS DO ENTE – PROJEÇÃO PARA O ANO CORRENTE E PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Para analisarmos a viabilidade financeira e orçamentária do Plano de amortização do Déficit Atuarial/2020, conforme a legislação citada acima, incluíremos o valor anual dos três primeiros anos do pagamento para amortização do Déficit Atuarial, nas DESPESAS TOTAL COM PESSOAL dos Poderes Executivo e Legislativo. Os valores que serão acrescidos são:

### Plano de Amortização do Déficit Atuarial – Reavaliação Atuarial/2020

Ano	Custo Suplementar escalonado
2020	2.718.768,72
2021	3.718.795,82
2022	4.740.494,56

### Plano de Amortização do Déficit Atuarial / Separado por Poder

PODER EXECUTIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2020	2.676.287,96
2021	3.660.689,64
2022	4.666.424,33

PODER LEGISLATIVO	
Ano	Custo Suplementar escalonado
2020	42.480,76
2021	58.106,18
2022	74.070,23

## 1 - PODER EXECUTIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2020	70.260.037,01	2.676.287,96	72.936.324,97	139.881.901,08	50,23%	52,14%
2021	73.843.358,54	3.660.689,64	77.504.048,18	147.939.733,12	49,91%	52,39%
2022	76.111.740,61	4.666.424,33	80.778.164,94	152.390.079,45	49,95%	53,01%

\* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2020 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

## 2 - PODER LEGISLATIVO

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF no ano corrente e nos dois anos subsequentes						
ANO	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização *	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
	(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
2020	2.639.749,06	42.480,76	2.682.229,82	139.881.901,08	1,89%	1,92%
2021	2.708.223,22	58.106,18	2.766.329,41	147.939.733,12	1,83%	1,87%
2022	2.811.744,32	74.070,23	2.885.814,55	152.390.079,45	1,85%	1,89%

\* O Custo Suplementar que consta na Reavaliação Atuarial/2020 foi distribuído proporcionalmente entre os Poderes Executivo e Legislativo.

### ***6.1 – Projeção das Receitas e Despesas do ENTE, nos próximos 35 anos***

Para analisarmos o impacto de todo o Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2020, apresentaremos o impacto sobre a Receita Corrente de Líquida, durante todo o período de amortização do Déficit, nos próximos 35 anos.

O índice utilizado para a Estimativa de crescimento das RECEITAS e DESPESAS a partir de 2023, será o índice utilizado para o ano de 2023.

**PODER EXECUTIVO**

<b>PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF</b>							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Executivo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2020	70.260.037,01	2.676.287,96	72.936.324,97	139.881.901,08	50,23%	52,14%
2	2021	73.843.358,54	3.660.689,64	77.504.048,18	147.939.733,12	49,91%	52,39%
3	2022	76.111.740,61	4.666.424,33	80.778.164,94	152.390.079,45	49,95%	53,01%
4	2023	79.027.857,45	8.669.959,86	87.697.817,31	158.276.712,37	49,93%	55,41%
5	2024	81.689.069,02	13.119.330,22	94.808.399,24	163.422.237,09	49,99%	58,01%
6	2025	84.593.162,25	13.328.166,23	97.921.328,48	169.104.874,79	50,02%	57,91%
7	2026	87.512.939,93	13.540.326,53	101.053.266,46	174.758.257,68	50,08%	57,82%
8	2027	90.573.190,90	13.755.864,04	104.329.054,95	180.698.969,82	50,12%	57,74%
9	2028	93.719.305,54	13.974.832,52	107.694.138,06	186.787.509,11	50,17%	57,66%
10	2029	96.984.772,20	14.197.286,58	111.182.058,78	193.106.428,70	50,22%	57,58%
11	2030	100.358.842,63	14.423.281,70	114.782.124,33	199.625.956,26	50,27%	57,50%
12	2031	103.852.821,18	14.652.874,26	118.505.695,45	206.371.951,68	50,32%	57,42%
13	2032	107.467.166,33	14.886.121,52	122.353.287,85	213.342.681,50	50,37%	57,35%
14	2033	111.207.929,70	15.123.081,66	126.331.011,36	220.550.455,01	50,42%	57,28%
15	2034	115.078.587,50	15.363.813,77	130.442.401,27	228.000.943,53	50,47%	57,21%
16	2035	119.084.122,47	15.608.377,89	134.692.500,36	235.703.515,38	50,52%	57,14%
17	2036	123.228.999,65	15.856.835,04	139.085.834,69	243.666.105,72	50,57%	57,08%
18	2037	127.518.183,57	16.109.247,18	143.627.430,75	251.897.788,53	50,62%	57,02%
19	2038	131.956.640,04	16.365.677,26	148.322.317,30	260.407.510,15	50,67%	56,96%
20	2039	136.549.593,12	16.626.189,24	153.175.782,36	269.204.735,36	50,72%	56,90%
21	2040	141.302.406,16	16.890.848,11	158.193.254,27	278.299.140,93	50,77%	56,84%
22	2041	146.220.650,37	17.159.719,86	163.380.370,23	287.700.784,22	50,82%	56,79%
23	2042	151.310.080,32	17.432.871,57	168.742.951,89	297.420.035,57	50,87%	56,74%
24	2043	156.576.656,14	17.710.371,36	174.287.027,50	307.467.629,04	50,92%	56,68%
25	2044	162.026.542,79	17.992.288,44	180.018.831,23	317.854.654,61	50,98%	56,64%
26	2045	167.666.121,12	18.278.693,13	185.944.814,25	328.592.580,26	51,03%	56,59%
27	2046	173.501.993,40	18.569.656,87	192.071.650,27	339.693.259,73	51,08%	56,54%
28	2047	179.540.992,05	18.865.252,22	198.406.244,28	351.168.948,01	51,13%	56,50%
29	2048	185.790.187,15	19.165.552,92	204.955.740,07	363.032.313,71	51,18%	56,46%
30	2049	192.256.894,92	19.470.633,86	211.727.528,78	375.296.453,61	51,23%	56,42%
31	2050	198.948.686,21	19.780.571,14	218.729.257,35	387.974.906,83	51,28%	56,38%
32	2051	205.873.395,39	20.095.442,06	225.968.837,45	401.081.669,93	51,33%	56,34%
33	2052	213.039.129,52	20.415.325,15	233.454.454,67	414.631.212,28	51,38%	56,30%
34	2053	220.454.277,84	20.740.300,21	241.194.578,05	428.638.492,07	51,43%	56,27%
35*	2054	228.127.521,58	21.070.448,28	249.197.969,86	443.118.972,82	51,48%	56,24%

\* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2020

**PODER LEGISLATIVO**

PROJEÇÃO da Porcentagem das Despesas com Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida – LRF							
Período	Ano	Despesa Total com Pessoal (DTP)	Plano de Amortização do Poder Legislativo	Despesa Total com Pessoal (DTP) + Plano Amortização	Receita Corrente Líquida (RCL)	% = (DTP) / (RCL)	% = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)
		(1)	(2)	(3) = (1)+(2)	(4)	(5) = (1)/(4)	(6) = (3)/(4)
1	2020	2.639.749,06	42.480,76	2.682.229,82	139.881.901,08	1,89%	1,92%
2	2021	2.708.223,22	58.106,18	2.766.329,41	147.939.733,12	1,83%	1,87%
3	2022	2.811.744,32	74.070,23	2.885.814,55	152.390.079,45	1,85%	1,89%
4	2023	2.904.723,61	137.618,41	3.042.342,02	158.435.147,52	1,83%	1,92%
5	2024	3.008.256,16	208.243,34	3.216.499,50	163.726.147,31	1,84%	1,96%
6	2025	3.111.773,56	211.558,19	3.323.331,75	169.590.963,97	1,83%	1,96%
7	2026	3.220.688,25	214.925,82	3.435.614,07	175.430.209,42	1,84%	1,96%
8	2027	3.332.493,13	218.347,05	3.550.840,18	181.574.682,60	1,84%	1,96%
9	2028	3.448.635,10	221.822,74	3.670.457,84	187.877.815,20	1,84%	1,95%
10	2029	3.568.596,30	225.353,76	3.793.950,05	194.426.344,40	1,84%	1,95%
11	2030	3.692.843,68	228.940,98	3.921.784,66	201.189.339,67	1,84%	1,95%
12	2031	3.821.360,33	232.585,31	4.053.945,63	208.194.269,18	1,84%	1,95%
13	2032	3.954.377,71	236.287,64	4.190.665,35	215.439.701,62	1,84%	1,95%
14	2033	4.092.011,23	240.048,92	4.332.060,15	222.938.954,49	1,84%	1,94%
15	2034	4.234.442,13	243.870,06	4.478.312,19	230.698.410,72	1,84%	1,94%
16	2035	4.381.827,15	247.752,03	4.629.579,18	238.728.352,72	1,84%	1,94%
17	2036	4.534.343,82	251.695,79	4.786.039,61	247.037.585,91	1,84%	1,94%
18	2037	4.692.168,21	255.702,34	4.947.870,55	255.636.135,44	1,84%	1,94%
19	2038	4.855.486,35	259.772,65	5.115.259,00	264.533.920,09	1,84%	1,93%
20	2039	5.024.488,81	263.907,77	5.288.396,57	273.741.430,63	1,84%	1,93%
21	2040	5.199.373,75	268.108,70	5.467.482,45	283.269.409,97	1,84%	1,93%
22	2041	5.380.345,78	272.376,51	5.652.722,29	293.129.031,22	1,84%	1,93%
23	2042	5.567.616,85	276.712,25	5.844.329,09	303.331.828,37	1,84%	1,93%
24	2043	5.761.406,15	281.117,01	6.042.523,15	313.889.750,81	1,84%	1,93%
25	2044	5.961.940,58	285.591,88	6.247.532,46	324.815.156,90	1,84%	1,92%
26	2045	6.169.454,92	290.137,99	6.459.592,90	336.120.838,62	1,84%	1,92%
27	2046	6.384.192,10	294.756,46	6.678.948,56	347.820.031,45	1,84%	1,92%
28	2047	6.606.403,54	299.448,45	6.905.851,99	359.926.432,44	1,84%	1,92%
29	2048	6.836.349,38	304.215,13	7.140.564,51	372.454.214,93	1,84%	1,92%
30	2049	7.074.298,84	309.057,68	7.383.356,52	385.418.045,82	1,84%	1,92%
31	2050	7.320.530,48	313.977,32	7.634.507,80	398.833.102,38	1,84%	1,91%
32	2051	7.575.332,59	318.975,27	7.894.307,86	412.715.090,24	1,84%	1,91%
33	2052	7.839.003,47	324.052,78	8.163.056,25	427.080.261,62	1,84%	1,91%
34	2053	8.111.851,81	329.211,11	8.441.062,93	441.945.434,47	1,84%	1,91%
35*	2054	8.394.197,05	334.451,56	8.728.648,61	457.328.012,08	1,84%	1,91%

\* Fim do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2020

---

## **7. CONCLUSÃO DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA DO ENTE E LRF**

Baseado nas informações dos últimos 3 anos da RECEITA CORRENTE LÍQUIDA do Ente, projetamos para 2020, uma RCL de R\$ 139.881.901,08. Se o comportamento das Receitas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um redução da RCL de 5,76% em 2021, 3,01% em 2022 e 3,97% em 2023. Assim, a Receita Corrente Líquida do Ente Público será de R\$ 147.939.733,12, R\$ 152.390.079,45 e R\$ 158.435.147,52, respectivamente.

### ***7.1 – Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo***

Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Executivo, projetamos para 2020, uma DTP de R\$ 70.260.037,01. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 5,10% em 2021, 3,07% em 2022 e 3,83% em 2023. Assim, a DTP do Poder Executivo será de R\$ 73.843.358,54, R\$ 76.111.740,61 e R\$ 79.027.857,45, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2020, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 72.936.324,97 em 2020, R\$ 77.504.048,18 em 2021, R\$ 80.778.164,94 em 2022 e R\$ 87.697.817,31 em 2023.

### 7.2 – Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo

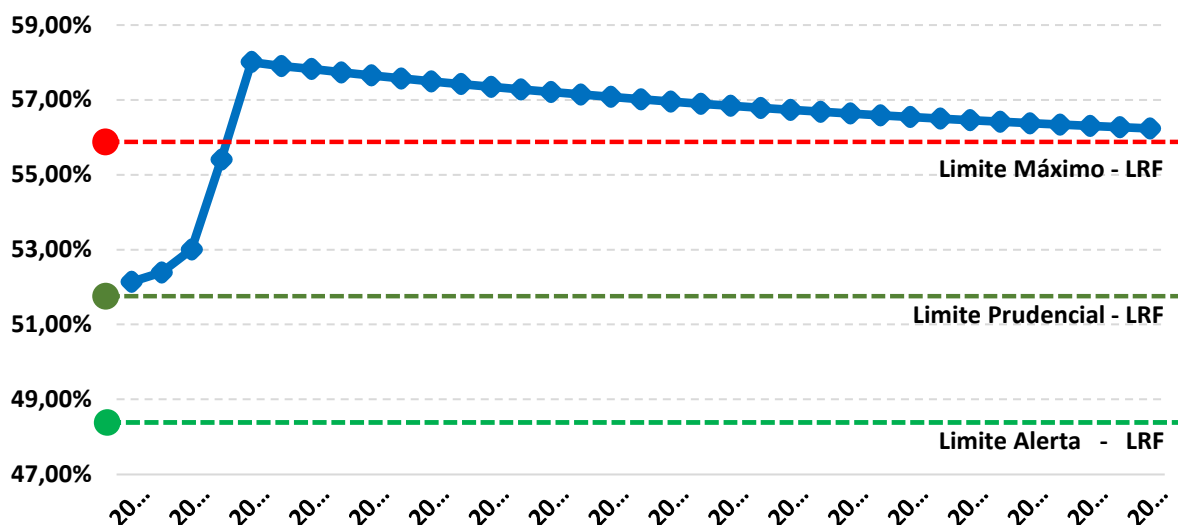
Com relação as informações dos últimos 3 anos da DESPESA TOTAL COM PESSOAL do Poder Legislativo, projetamos para 2020, uma DTP de R\$ 2.639.749,06. Se o comportamento das Despesas se mantiverem nos próximos três anos, projetamos um crescimento da DTP de 2,59% em 2021, 3,82% em 2022 e 3,31% em 2023. Assim, a DTP do Poder Legislativo será de R\$ 2.708.223,22, R\$ 2.811.744,32 e R\$ 2.904.723,61, respectivamente. Consolidando a DTP com os valores do Custo Suplementar da Reavaliação Atuarial/2020, a Despesa Total com Pessoal será de R\$ 2.682.229,82 em 2020, R\$ 2.766.329,41 em 2021, R\$ 2.885.814,55 em 2022 e R\$ 3.042.342,02 em 2023.

### 7.3 – Viabilidade Financeira e Orçamentária - 35 anos

#### Limite LRF - Poder Executivo

**LIMITE LRF % = (DTP e Plano de Amortização) / (RCL)**

—●— % = (DTP + Plano de Amortização) / (RCL)



Atualmente, o Poder Executivo encontra-se abaixo do Limite Máximo estabelecido pela LRF (52,13%). Se não considerassemos o plano de amortização do Déficit Atuarial/2020, o percentual da Despesa Total com Pessoal em relação a Receita Corrente Líquida seria de 50,23%, estando abaixo do Limite Prudencial, conforme consta na página 20 deste estudo.

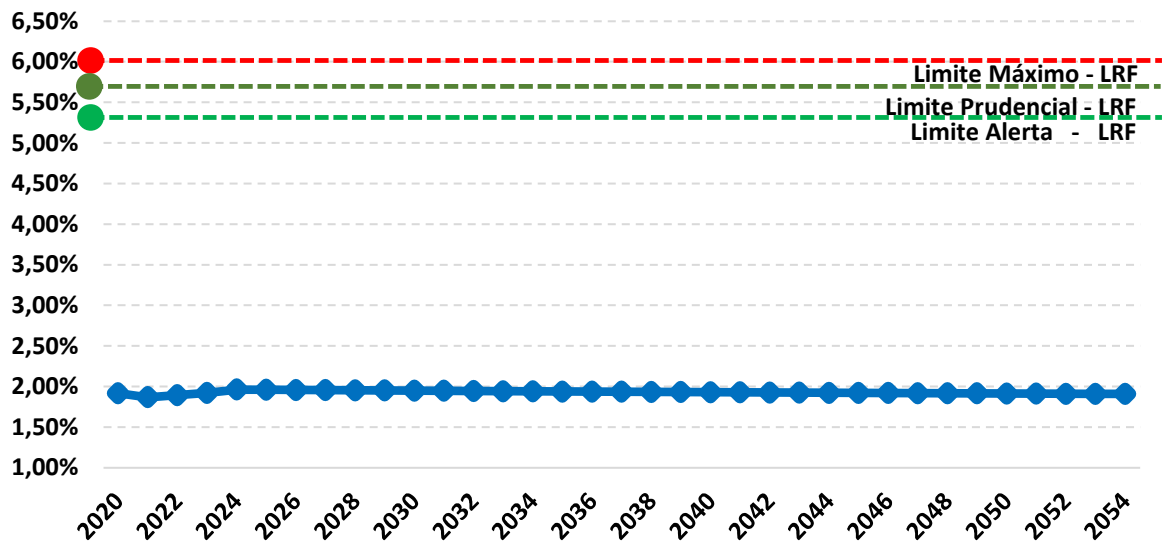
Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do **Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2020**, mostra que o Poder Executivo é capaz suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso II, artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos ultrapassar o Limite Máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o artigo 20 da Lei Complementar 101/2000.



## Limite LRF - Poder Legislativo

$$\text{LIMITE LRF \%} = (\text{DTP e Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$

$$\text{--- \%} = (\text{DTP + Plano de Amortização}) / (\text{RCL})$$



Analisando a tabela ao longo dos próximos 35 anos, prazo de finalização do Plano de Amortização do Déficit Atuarial/2020, a Receita Corrente Líquida e a Despesa Total com pessoal, acrescida do Plano de Amortização, demonstra que atualmente o Poder Legislativo se encontra abaixo do Limite de Alerta, respeitando o inciso II, do artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000.

Portanto, o Estudo de **VIABILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA** das **RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS** e da **DESPESA TOTAL COM PESSOAL** acrescida do Plano de Amortização do Déficit Atuarial de 2020, mostra que o Poder Legislativo é capaz suportar o plano de amortização proposto, no ano corrente e nos dois anos subsequentes, conforme exigência do inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, sem ao menos

ultrapassar o Limite de Alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal conforme o inciso II, do artigo 59 da Lei Complementar 101/2000.

**É o parecer.**



**Igor França Garcia**

**Atuário MIBA/RJ 1.659**

**Certificação de Especialista em Investimento - CEA**

**Consultor de Investimentos credenciado pela CVM**